

DINÂMICA CONCEITUAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

META

Mostrar a dinâmica conceitual a partir das transformações do mundo rural.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
compreender as mudanças de paradigmas no meio rural Analisar a evolução das transformações nas relações de produção

PRÉ-REQUISITOS

Compreendido o processo de desintegração do campesinato abordado na aula anterior.



(Fonte: <http://farm1.static.flickr.com>).

INTRODUÇÃO

O entendimento do conceito de espaço não é consenso dentro da própria geografia, pois há outras conotações empregadas pelos geógrafos, gerando divergências conceituais e conseqüentemente, maneiras diferentes de compreender a realidade, pois o homem, por meio da evolução intelectual e tecnológica, otimiza a capacidade de criar e recriar novas formas de intervenção no tempo e no espaço, produzindo assim, novas maneiras de interpretar e compreender o espaço e suas relações, como pode ser percebido em Harvey quando diz que *as diferentes práticas humanas estabelecem diferentes conceitos de espaço, conceitos que sob certas circunstâncias são por nós empregadas* (apud CORRÊA, 2000, p.19).

O conceito de espaço tem uma multiplicidade de sentidos e empregos, sendo necessária uma discussão sistemática para que se tenha uma noção geral e clara do conceito e sua aplicação enquanto categoria de análise a ser utilizada na pesquisa.

Contudo, cabe aos geógrafos perceberem as mudanças contemporâneas e tentar propor novas formas de interpretação ou aplicação de velhos conceitos reestruturados, de forma consistente e coerente, para que se consiga resultados satisfatórios em seus trabalhos de pesquisa.

Diante da discussão espacial e regional e da necessidade de atualiza-

ção do entendimento dos conceitos, é fundamental compreender a complexidade das relações espacial e regional criadas pelo desenvolvimento tecnológico e suas formas variadas de atuar no espaço e conseqüentemente na região. Para Castells (1995), *“a economia global não é aquela que abrange todos os países, regiões e cidade; é aquela que seleciona, no mundo inteiro, pontos específicos que conectam-se entre si”* (p. 66).



(Fonte: blogdofavre.ig.com.br).

ESPAÇOS GEOGRÁFICOS POR MEIO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O processo de globalização caracterizado pelos avanços tecnológicos tem integrado/desintegrado os espaços geográficos por meio da universalização da produção, das telecomunicações e da informática, entre outros. Tal processo pode promover a desterritorialização e o desenraizamento da população em várias partes do mundo, não somente no aspecto material, mas também desenraizamento social, cultural e perda da identidade diante das relações de poder proporcionadas pelo sistema vigente.

As transformações do espaço resultadas do processo de integração podem ser percebidas através da abstração espacial por meio das novas tecnologias, em que o lugar, a cultura, os costumes estão cada vez mais se universalizando. Tais mudanças têm como motor de desenvolvimento o sistema capitalista pautado na expansão imperialista do capital.

À medida que o capital se mundializa em velocidade crescente, juntamente com ele, ocorrem mudanças responsáveis pela organização e reorganização espacial em escalas as mais diversas, com repercussões e implicações diferenciadas no espaço geográfico. Nesse processo expansionista o Estado torna-se vulnerável, servindo muitas vezes como aliado na expansão capitalista. Conforme Mendes,

“ O ritmo das transformações econômicas no que tange à estrutura dos setores produtivos e das relações sociais tem sido tão acelerado que tem provocado alteração na concepção de mundo, onde o desenvolvimento tecnológico junto com a expansão do comércio vai alterar, num período relativamente curto, a organização social da produção, passando a exigir uma divisão internacional do trabalho” (1996, p. 70).

Com essa integração dos espaços globais e locais, estes tornam-se mais periféricos e desiguais em função de não competir de forma justa, do ponto de vista econômico, com os espaços globais. Assim Diniz Filho relata que “ a expansão da fronteira econômica, aliada a própria diversidade dos recursos naturais disponíveis para a exploração, favorecem o desenvolvimento de mercados nacionais amplos e de sistemas produtivos com elevado nível de diversificação setorial e regional” (1997,p. 103).

A globalização econômica incentiva à competitividade nas escalas regional e local, gerando desequilíbrio entre esses espaços em função da centralização tecnológica associada à concentração econômico e do poder. Com isso, a produção local torna-se mais integrada e, ao mesmo tempo, vítima do mercado mundial, “na medida em que os lugares mais distantes passaram a conhecer semelhantes estruturas e formas, pois somen-

te assim foi possível o processo de expansão do sistema capitalista como um todo” (Mendes, 1996, p. 70).



(Fonte: [http://www. images.quebarato.com.br](http://www.images.quebarato.com.br))

A velocidade das transformações ocorridas no mundo contemporâneo por causa das inovações tecnológicas tem provocado a desnacionalização da produção, dos espaços e do sentimento de pertencimento do lugar, assim como da mutação da identidade e das origens. Tais avanços tecnológicos contribuíram para a integração de comunidades com diferentes características de espaço-tempo. Para Hall, “*essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais?*” (1997, p. 72).

Com maior tendência à interdependência global, as identidades culturais caminham em direção ao desmanche cultural provocando, por outro lado, uma fragmentação ou multiplicidade de manifestações que podemos denominar de pluralismo cultural.

“A medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influência externas é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (*Idem*, 1997, p. 78-79).

Pode-se perceber tal processo de infiltração das culturas globais através da identificação de diversos elementos materiais ou simbólicos presentes sobretudo no lugar, entendido como espaço de convivência ou do seu cotidiano, desde elementos ligados à telecomunicação, como antenas parabólicas, TV, rádio, internet em alguns casos, até modelos de vida, de comportamento, de consumo. Além disso, outros fatores que também contribuem para a incorporação de culturais plurais, como a migração, o turismo, a

música, o cinema, entre outros segmentos que manifestam a hegemonia cultural dos países dominantes na economia global. Tal processo foi denominado por Featherstone (1995) de globalização da cultura liderada pela hegemonia dos Estados Unidos, influenciando direta ou indiretamente nos Estados-Nação denominado pelo referido autor de *terceira cultura*.

Assim, a expansão ideológica do progresso, do consumismo se expande diferentemente no espaço-tempo e chega às áreas periféricas, principalmente no período pós-guerra. É nesse contexto que os ideais de modernização do campo, com introdução de equipamentos, ferramentas, racionalização e capital criados pelos Estados Unidos com a Revolução Verde, emergem nos países subdesenvolvidos, caso do Brasil, repercutindo na infiltração de valores, símbolos e imagens pautadas em ideais externos.



(Fonte: <http://www.vestibular.br/brasilcola.com>)

Diferentemente da cultura global que busca a homogeneização a partir do modelo norte-americano, a cultura local é percebida usualmente como uma particularidade, conforme relatado por Featherstone (1995), “emprega-se frequentemente esse conceito para se fazer referência à cultura de um espaço relativamente pequeno, limitado, no qual os indivíduos que ali vivem têm relacionamento diários, cara a cara” (p. 130 – 131).

Com isto, evidencia-se na cultura local o senso de pertencimento, as experiências sedimentadas, as manifestações, o modo de vida particular do lugar, os costumes e tradições. Castells (1999, p. 22), conceitua identidade a fonte de significado e experiência de um povo.

Nesse contexto o autor fortalece o conceito quando diz,

“(...) entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas” (Idem, p. 22).

Para Ianni (1996), existem vários mecanismos de apropriação das culturas locais a partir da universalização da produção, da economia, da política, das migrações, entre outros.

“É claro que são muitas as formas culturais mutiladas ou mesmo destruídas pela globalização. O capitalismo expande-se mais ou menos avassalador em muitos lugares, recobrando, integrando, destruindo, recriando ou subsumindo. São poucas as formas de vida e trabalho, de ser e imaginar, que permanecem incólumes diante da atividade ‘civilizatória’ do mercado, empresa, forças produtivas, capital” (Idem, p. 95).

O processo de globalização é contraditório, pois ao mesmo tempo em que busca a integração, interdependência ou homogeneização, cria e recria novas formas de pensar, agir, de trabalho, gerando a fragmentação ou diversidade do espaço territorial.

A modernização tecnológica na agricultura familiar é responsável pelo surgimento de novas atividades não-agrícolas ao mesmo tempo que padroniza o modelo de produção e consumo moldando diferentes formas de produção do espaço, muitas das vezes, sem história, sem identidade. Assim, tal processo tem promovido o deslocamento de atividades e de trabalhadores do campo gerando conflitos no espaço rural e no espaço urbano. Muitos autores “(...) se reportam a essa dinâmica como um processo de ‘desterritorialização’, o qual seria, se não a marca fundamental do nosso tempo, uma de suas marcas fundamentais” (Haesbert, 2000, p. 166).



(Fonte: <http://www.es.gov.br>)

A racionalização dos meios de produção advinda com a tecnificação da agricultura possibilitou o crescimento econômico, porém, aprofundou ainda mais as relações entre a produção e o processo produtivo induzindo o campo à novas organizações espaciais.

Em contraposição ao modo marxista de perceber como se estabelece a evolução da agricultura na sociedade capitalista, encontra-se CHAYANOV (1974), que em sua obra *La Organización de la Unidad Económica Campesina* coloca a persistência de uma economia essencialmente fa-

miliar e artesanal fora do sistema capitalista. O aumento da força de trabalho da família camponesa que se traduz em desenvolvimento para atividade agrícola deve ser compensado. A falta de capital no interior da família

camponesa chayanoviana é apenas e quando necessário, um condicionante de equilíbrio dessa unidade de produção, como expressa o próprio autor:

“Mas la mano de obra de la unidad que explota la unidad, al no encontrar empleo en la explotación se vuelca a actividades artesanales comerciales y a otras actividades no agrícolas para alcanzar el equilibrio económico con las necesidades de la familia que no resultan cubiertas con el ingreso de las actividades artesanales y comerciales” (CHAYANOV, 1974, p.101).

Desta forma, o autor não nega a relativa subordinação do camponês ao capital, mas explicita que o mesmo está essencialmente preocupado é com as condições internas de sua unidade produtiva, podendo assim, reagir às forças destruidoras do capitalismo através da criação e recriação de estratégias de sobrevivência.

Kautsky (1980), baseado no método do materialismo histórico e dialético proposto por Marx, também esboça questões ligadas às transformações pelas quais passou a agricultura com a expansão do modo de produção capitalista no campo, através principalmente da explosão de inovações. Segundo o mesmo, o grande estabelecimento deve mostrar sua superioridade em relação ao pequeno e conseqüentemente destaca o fenômeno da proletarianização dos pequenos proprietários colocando que:

“... os pequenos lavradores são menos atirados, mais conservadores e estão menos familiarizados com os progressos técnicos e as necessidades do mercado internacional que os grandes agricultores e os capitalistas. Foram os grandes latifundiários que primeiro introduziram as grandes indústrias em suas terras. (p. 344)

O autor, atento às dificuldades que estabelecimentos produtores de mercadorias, principalmente os médios e pequenos, passam em decorrência da fuga do trabalhador rural para a cidade, comenta que quando a industrialização da agricultura não leva o pequeno estabelecimento à decadência, ela decreta pelo menos sua dependência para com a fábrica, única compradora dos seus produtos e este pequeno produtor, então, passa a ser seu escravo.

Ao analisar a incorporação do agro brasileiro às regras do capitalismo oligopólio contemporâneo, Muller (1989) afirma que o tipo de industrialização da agricultura, implantada no país, nas décadas de 60 e 70, foi o da mecanização e quimificação (especialmente o uso de fertilizantes e defensivos químicos), devido ao pacote tecnológico de origem norte-americana, aplicado em vários países do mundo pós-guerra. Isto levou a uma modernização parcial segundo regiões, produtos e tipo de produtores. Conforme o autor citado anteriormente,

“... seu impacto foi geral. Os pequenos produtores, por exemplo, com solos exaustos, baixa fertilidade, sem acesso ou condições para tomar crédito, sementes apropriadas e orientação técnica, cujos produtos não contavam sequer com o estímulo de altos preços em virtude da interceptação pelos intermediários, esses pequenos produtores passaram (ou acentuaram) a viver em situação de pobreza” (MÜLLER, 1989, p.130).

A integração dos produtores ao processo de industrialização da agricultura ocorreu desde o início de maneira parcial, ora baseados em sua capacidade de resposta à expansão e diversificação suscitadas pelas agroindústrias, ora à sua capacidade de acesso ao crédito rural. Dessa forma, apenas alguns *grupos de tradição mercantil* ou aqueles organizados em associações passam a ter acesso à quase todo crédito estatal, de investimento, custeio e de comercialização.

O processo de modernização da agricultura brasileira, nesse período, conduziu a uma evolução favorável da produtividade, tanto de terra como de trabalho, porém, aumentou as taxas de desemprego, de sub-ocupação e até do sobre-trabalho como crianças e mulheres que fazem parte das categorias não-remunerados e trabalhadores volantes.

As forças produtivas colocam a tecnologia a serviço das grandes empresas da mesma maneira que disponibilizam chances no mercado para os produtores camponeses, permitindo assim, que o campesinato eleve a sua produtividade de trabalho e até acumule economias que muitas vezes reaplicam na compra de terra. Na maioria das vezes, essas terras são adquiridas de vizinhos que optaram pela migração ou foram literalmente expropriados (Oliveira, 199, p. 39).



(Fonte:<http://www.folhadomate.com.br>)

A migração não significa necessariamente abandono da terra, como enfatiza Diniz Filho (1996, p. 169), mas pode ser estratégia camponesa para aumentar a área cultivada. Por exemplo, uma família compra ou arrenda terras ou fragmenta-se e seus filhos mudam-se para outro estabelecimento em novas áreas. Ainda sobre as estratégias de sobrevivência no campo o autor coloca a questão da substituição de produtos tradicionais por outros mais rentáveis, o uso de insumos modernos e trabalho externo à unidade de produção que pode ser efetivado em sítios ou propriedades bem distantes e por períodos longos.

Romeiro (1998) estabelece uma dura crítica à análise marxista clássica sobre a dinâmica de inovações na agricultura brasileira. O autor comenta que este ponto de vista é extremamente determinista exatamente como os de Kautsky e Lênin, pois, mostra que a partir da década de 60, o que ocorreu no Brasil, como reflexo das transformações capitalistas na agricultura mundial, foram às mudanças nas relações de trabalho pré-capitalistas e na base produtiva. Portanto, nessa realidade predomina a grande propriedade mecanizada com base no trabalho assalariado. A permanência de unidades familiares como base principal da produção agrícola, nos países de capitalismo avançado é explicada pela maior competitividade destas em comparação às baseadas no trabalho assalariado em decorrência das especificidades do setor agrícola, ou seja:

“...o trator substituiu o cavalo, os fertilizantes químicos, a matéria orgânica; as ferramentas e equipamentos se sofisticaram e diversificaram, mas continuaram a ser instrumentos cuja boa utilização depende de arte e habilidade do agricultor” (ROMEIRO, 1998, p.179-182)

O autor apresenta, também, comentários sobre agricultura e agroindústria, estabelecendo relação às técnicas agrícolas e a produção de alimentos e matérias-primas. Quanto às técnicas, cita que o problema principal está na degradação que os padrões tecnológicos modernos provocam ao ecossistema agrícola e, conseqüentemente, nos custos de produção. Quanto à segunda questão, o problema central do padrão agrícola modernizante brasileiro, para a grande maioria dos produtores, reside na própria fragilidade destes diante dos grandes complexos agroindustriais, os quais mantêm sua margem de lucro passando para o pequeno produtor os prejuízos das eventuais quedas de preços agrícolas.

No Brasil dos anos 60 e 70 e mais acentuadamente dos anos 80, o que ocorreu não foi um processo de proletarização do camponês, mas o que Silva (1999) chama de “lumpenização” dos mesmos, pois, argumenta que:

“Ou permanecem como parte da superpopulação ativa do campo, como membros não-remunerados da força de trabalho familiar nas pequenas explorações ou são lançados nas zonas urbanas ao” rebotalho da socieda-

de “- o lumpesinato -, constituído pelos trombadinhas, prostitutas, mendigos e ladrões. (p.103)

O crédito agrícola, a política de preços mínimos, a assistência técnica, a educação rural, os incentivos fiscais, os subsídios, entre outras questões, são formas de intervenção do Estado na agricultura. No entanto, o que se pode perceber ao longo de várias décadas de intervenção estatal nesse setor, é o seu direcionamento para beneficiar a grande produção capitalista e deixar à margem desse processo o pequeno produtor descapitalizado (Santos, 2000, p. 40-41).

CONCLUSÃO

Ao analisar as transformações e as perspectivas da agricultura brasileira Pessoa (2000) enfatiza que as mudanças resultantes da modernização, iniciada na década de 50, serviram para vincular cada vez mais o setor agrícola ao setor urbano-industrial. A autora ainda afirma que essa modernização atinge metas antes inacreditáveis, como transformar áreas improdutivas em produtivas, o que ocorreu com o cerrado brasileiro para o cultivo de cana-de-açúcar, café, soja e laranja. Nesse contexto da década de 70 o Estado assume o papel de interventor, através das políticas públicas comandadas pelo instrumento de crédito rural subsidiado, favorecendo, principalmente, à capitalização da grande propriedade, havendo também muitas pequenas propriedades, no país, que foram beneficiadas por aquelas políticas.

Na década de 80 deu-se o enfraquecimento do padrão de financiamento, baseado no crédito agrícola, devido entre outras coisas, à queda de preços dos produtos e a política agrícola do país que passa a ser comandada pelo preço mínimo. A década de 90 traz ainda mais o acirramento a crise e o enfraquecimento da capacidade financeira do Estado deixa a agricultura profundamente afetada.



RESUMO

A globalização econômica incentiva à competitividade nas escalas regional e local, gerando desequilíbrio entre esses espaços em função da centralização tecnológica associada à concentração econômico e do poder.

A velocidade das transformações ocorridas no mundo contemporâneo por causa das inovações tecnológicas tem provocado a desnacionalização da produção, dos espaços e do sentimento de pertencimento do lugar, assim como da mutação da identidade e das origens.

A racionalização dos meios de produção advinda com a tecnificação da agricultura possibilitou o crescimento econômico, porém, aprofundou ainda mais as relações entre a produção e o processo produtivo induzindo o campo à novas organizações espaciais

Por fim, a modernização da agricultura brasileira realmente contribuiu para aumentar a produção e a produtividade de algumas culturas, porém, os benefícios desse crescimento não foram redistribuídos entre os diversos setores da sociedade.

ATIVIDADES

- 1) Elabore um texto mostrando a influência da globalização no processo dinâmico do espaço local relacionado com as atividades agropecuárias.
- 2) O que você entende por agroindústria?



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

O processo de modernização da agricultura brasileira conduziu a uma evolução favorável da produtividade, tanto de terra como de trabalho, porém, aumentou as taxas de desemprego, de sub-ocupação e até do sobre-trabalho como crianças e mulheres que fazem parte das categorias não-remunerados e trabalhadores volantes.

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos estudar o desenvolvimento da agricultura familiar relacionado com a sustentabilidade de suas práticas em relação ao meio ambiente e conseqüentemente ao próprio homem.



REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **Innovazione tecnologica e sviluppo regionale**. Bollati Borovghier. Gennavo: p. 65-72. 1995.
- _____, Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: **O poder da identidade**. v. II, 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- _____. Espaço um conceito-chave da geografia In: **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DINIZ FILHO, Luis L. O papel das formações territoriais no contexto da globalização: Notas de caráter geográfico político sobre o caso brasileiro. In: **Experimental**, 2, 1997.
- _____. **A condição Camponesa em Sergipe** – desigualdade e persistência da agricultura familiar. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996.
- FEATHERSTONE, Mike. Culturas globais e culturas locais. In: **O desmache da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. **IV Seminário do Pensamento Geográfico**. UNESP 2001. Reformulado no XXII Encontro Estadual de Geografia. Porto Alegre: AGB, 2002.
- _____. **Territórios alternativos**. Niterói: Ed. UFF/ São Paulo: Contexto, 2002.
- HALL, Stuart. Globalização. In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1997.
- IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 2ª ed: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- _____. Globalização e diversidade. In: FERREIRA, L. da C; VIOLA, Eduardo. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- MENDES, Ricardo. Globalização, urbanização e lazer. In: **Experimental**, 1, 1996.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização**. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo/ Contexto, 1991.

PESSÔA, Vera L. Salazar. Espaço rural e produção agrícola: transformações e perspectivas da agricultura brasileira In: **Geografia 2001**, Aracaju, NPGeo/UFS, 2000.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

SANTOS, Almir Bispo dos. **O Estado e a organização do espaço da agricultura familiar – O PRONAF em Sergipe**. Dissertação de Mestrado – POSGRAP/NPGeo/UFS, Aracaju, 2000.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.